



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 06 ,

DE 13 DE DEZEMBRO DE 2015

Processo nº: 25100.017.062/2015-48

1 - Identificação

1.1 Título do Projeto:

Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Região do Semiárido do Brasil.

1.2 Objetivo Geral:

Apoiar o desenvolvimento e a aplicação do conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Região do Semiárido brasileiro, a partir da identificação, articulação e avaliação das agendas sociais territorializadas, permitindo o desenvolvimento de métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização e análise de experiências de cidades saudáveis, a serem validadas multicentricamente, por meio da Rede de Territórios Sustentáveis e Saudáveis.

1.3 Objetivos Específicos:

- I) Diagnóstico risco e vulnerabilidade social e ambiental
- II) Aplicação, desenvolvimento e inovação de metodologias e tecnologias sociais para a promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.
- III) Fortalecimento das tecnologias e ações para atuação nos Territórios Saudáveis e Sustentáveis
- IV) Coordenação de ações de rede
- V) Fortalecer a gestão na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis
- VI) Suporte à gestão do projeto e ao desenvolvimento institucional - execução (parcial) no projeto "Desenvolvimento institucional da Fiocruz Brasília para o suporte à gestão de projetos estratégicos de políticas públicas".

1.4 Produtos a Serem Entregues:

Relatório técnico apresentando e discutindo o referencial teórico-conceitual e metodológico sobre Cidades Saudáveis elaborado;

Relatório técnico com diagnósticos e mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade social e ambiental (saneamento e acesso à água);

Relatório técnico apresentando os métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização, análise, monitoramento e avaliação de experiências de Cidades/Territórios Sustentáveis e Saudáveis elaborado;

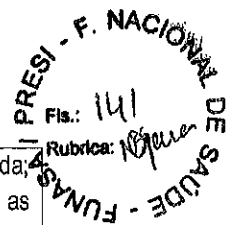
Relatório técnico de metodologias e materiais pedagógicos para capacitação e fortalecimento dos atores locais (lideranças-comunitárias e sociais, agentes de saúde e de ambiente, entre outros) e Oficina (1) de Educação em Saúde Ambiental;

Tecnologias de saneamento e uso racional da água, desenvolvidas;

Mapa de competências multicêntricas em avaliação de efetividade de estratégias de implantação de Cidades e Territórios Saudáveis,

Relatório técnico apresentando os métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização, análise, monitoramento e avaliação de experiências de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis;

Estrutura de coordenação das redes de saúde sociais ambiental locais, de participação comunitária e de governança nos territórios em operação;



Capacidade de gestão da FUNASA na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis estruturada; Projeto com suporte a sua gestão e FIOCRUZ com desenvolvimento institucional para apoiar as políticas de promoção do Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

2 - UG/Gestão-Repassadora e UG/Gestão-Recebedora

2.1 UG/Gestão repassadora:

Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA
UG: 255000 **Gestão:** 36211 **CNPJ:** 26.989.350/0001-16
Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF CEP: 70-070-040
Nome do responsável: Antônio Henrique de Carvalho Pires **CPF:** 767.810.894-04
RG/Órgão expedidor: 2951610 – SSP/PI **Cargo/Função:** Presidente
Ato ou decreto de nomeação / data: Portaria nº 300, de 17 de abril de 2014, publicada no DOU nº 75, de 22/04/2014, página 1.

2.2 UG/Gestão Recebedora

Ministério da Saúde / Fundação Oswaldo Cruz / FIOCRUZ – Brasília
UG: 254420 **Gestão:** 25201 **CNPJ:** 33.781.055/0009-92
Endereço: Avenida L3 Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Brasília – DF
CEP: 70910-900
Nome do responsável: Wagner de Jesus Martins **CPF:** 631.600.057-04
RG/Órgão Expedidor: 3.241.879 SSP/DF
Cargo/Função: Diretor da FIOCRUZ/Brasília - Substituto
Ato ou Decreto de Nomeação / Data: A Subsecretária Adjunta de Assuntos Administrativos do Ministro da Saúde, publicada no D.O.U., Seção II de 16.09.2014, Designa Wagner de Jesus Martins para exercer o encargo de substituto eventual do Diretor Regional de Brasília, da Fundação Oswaldo Cruz.

3 - Justificativa:

3.1 - Motivação/ Clientela

As características Edafoclimático (relação planta-solo-clima para plantio) e socioeconômicas do semiárido brasileiro requerem tecnologias específicas de utilização e conservação dos recursos hídricos. Além do quadro de escassez, a utilização incorreta dos recursos hídricos aumenta a fragilidade da região ao processo de desertificação.

O impacto que possíveis mudanças climáticas pode ainda interferir de maneira negativa em processos produtivos, na saúde e na qualidade de vida na região, pela redução e baixa qualidade dos recursos hídricos.

Nesse contexto, devem-se abordar os problemas de escassez de água e abastecimento a comunidades difusas, levando em consideração novas tecnologias e tecnologias alternativas, de baixo custo e fácil apropriação pela população. Neste sentido, é necessário destacar a importância da gestão dos recursos hídricos com foco na conservação e uso sustentável.

A disponibilidade e usos da água na região Nordeste do Brasil, particularmente na região semiárida, continua a ser uma questão considerada chave, quando o foco é o desenvolvimento. É fato que grandes esforços vêm sendo empreendidos com o objetivo de implantar infraestruturas capazes de disponibilizar água suficiente e de qualidade para garantir o abastecimento humano e animal e viabilizar a irrigação.

Todavia, esses esforços têm se mostrado insuficientes para resolver os problemas decorrentes da escassez de água, o que faz com que as populações continuem vulneráveis à ocorrência de secas,

especialmente quando se trata do uso difuso da água no meio rural. De qualquer modo, a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura hídrica, com uma gestão adequada, constituem requisitos essenciais para a solução do problema, servindo como elemento básico para minimizar o êxodo rural e promover a interiorização do desenvolvimento. Além de obras, a última década do século passado trouxe para o país um novo paradigma: a necessidade da gestão dos recursos hídricos. De fato, a partir dessa época, implantou-se nos estados, com o suporte da União e da Lei nº 9433/1997, a chamada Lei das Águas, uma nova filosofia: controle do uso por meio de instrumentos como outorga e da, ainda incipiente, cobrança pelo uso da água bruta; planos de recursos hídricos para as bacias hidrográficas e os estados; estruturação de entidades gestoras e organismos de bacia; e programas de obras estruturadoras. Pode-se até afirmar que, em função das dificuldades históricas, os maiores avanços na gestão dos recursos hídricos, comparando-se as regiões do país, vêm ocorrendo no Nordeste.

O clima da porção semiárida é caracterizado por um regime de chuvas fortemente concentrado em quatro meses (fevereiro-maio) e uma grande variabilidade interanual. As fortes secas que flagelam a região sempre moldaram o comportamento das populações e foram preponderantes para a formulação de políticas públicas regionais.

O denominado Polígono das Secas foi criado pela Lei nº 175 de janeiro de 1936, como área a ser objeto das políticas de combate às secas. O Polígono foi alvo de várias modificações, tendo sido, inclusive, inserido na Constituição Federal de 1946. Atualmente, o Polígono foi substituído pela Região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (MMA 2004). O Ministério da Integração Nacional (Brasil 2005, 2007) redefiniu os limites da região semiárida do Nordeste.

O Nordeste semiárido é uma região pobre em volume de escoamento de água dos rios. Essa situação pode ser explicada em função da variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes, onde há predominância de solos rasos baseados sobre rochas cristalinas e, conseqüentemente, baixas trocas de água entre o rio e o solo adjacente. O resultado é a existência de densa rede de rios intermitentes, com poucos rios perenes e destaque para os rios São Francisco e Parnaíba. Os rios de regime intermitente são encontrados na porção nordestina que se estende desde o Ceará até à região setentrional da Bahia. Entre estes, destaca-se o Jaguaribe, no Ceará, pela sua extensão e potencial de aproveitamento: em sua bacia hidrográfica encontram-se alguns dos maiores reservatórios do Nordeste, como Castanhão e Orós.

A potencialidade hídrica superficial é representada pela vazão média de longo período em uma seção de rio. Trata-se de um indicador importante, pois possibilita uma primeira avaliação da carência ou abundância de recursos hídricos de forma especializada numa dada região.

SOLUÇÕES PARA PROBLEMA DA ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO -NORDESTINO

As secas e suas conseqüências

Desde os primórdios, as secas marcaram a história do Nordeste. Fernão Cardin (citado por Souza 1979) relata que houve uma grande seca e esterilidade na província (Pernambuco) e desceram do sertão, ocorrendo-se aos brancos no litoral cerca de quatro ou cinco mil índios. Também merece destaque a citação ao Professor João de Deus de Oliveira (Paulino 1992) que relata movimentos dos Tabajaras e Kariiris acossados pelas secas. Depreende-se dessas narrativas que os movimentos migratórios já aconteciam dos sertões já aconteciam mesmo em uma época de baixa densidade demográfica.

A ocupação dos sertões foi bastante retardada em decorrência, principalmente, das secas. Contudo, após uma carta régia, os criadores de gado tiveram que adentrar os sertões. De 1845 a 1876, aconteceram 32 anos sem secas intensas, que resultaram no aumento das populações e dos rebanhos sem o aumento da infraestrutura hídrica. Veio, então, uma seca intensa e dura- doura de 1877 a 1879, que resultou em trágica mortandade da região com estimativa de cerca de 500.000 óbitos. Foi a partir desse choque que atingiu a sociedade brasileira que começou uma busca de soluções estruturais (Campos & Studart 1997). Foi nessa

seca, que se atribui a Dom Pedro II a frase: "venderei a última pedra da minha coroa antes que um nordestino venha a morrer de fome".

De qualquer maneira, foi a partir dessa tragédia que ações mais efetivas, ainda em ritmo lento, começaram a ser tomadas. O açude Cedro no Ceará, hoje um monumento histórico de baixa capacidade hidrológica, foi iniciado ainda na época do Império.

O enfrentamento do problema da escassez de água de qualidade no semiárido não se deu através de uma solução única. A implantação de infraestrutura hidráulicas, isoladas ou combinadas, constituem as ações necessárias para mitigar a problemática da água no semiárido. A definição de infraestrutura adequada e de estratégia de ação ou de gestão deve buscar o aumento da disponibilidade pelo aumento da eficiência do uso e controle da demanda e do desperdício, notadamente no que se refere à irrigação.

O fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste como política de convivência com as secas tem sido praticado desde os tempos do Império. Muito já foi construído e não se tem mais a vulnerabilidade do início do século passado. Contudo, ainda há muito a ser feito. Há necessidade, também, de tornar os investimentos mais eficientes. Há ainda, entretanto, um grande segmento da população rural que vive em condições vulneráveis e com baixo acesso a água de boa qualidade.

Para elaborar uma boa política, é importante que se entenda a particularidade das soluções. Não se pode imaginar que grandes canais e adutoras irão abastecer as populações rurais difusas, exceto aquelas próximas ao traçado das obras. Portanto, cisternas, pequenos reservatórios, poços, dessalinizadores devem ter seu uso ampliado e melhorado, particularmente no que tange à sua operação e manutenção. Pequenos açudes e barragens subterrâneas devem, onde for adequado, ser empregados para fomentar a agricultura familiar de forma sazonal. A piscicultura nos grandes reservatórios é fonte importante de alimentação e renda, respeitados os limites para evitar a eutrofização dos mesmos.

Fortalecimento e promoção dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis, com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa e ensino, formalizando um instrumento capaz de permitir parceria em ações de promoção e desenvolvimento de competências e conhecimentos, educação pelas partes, apoio ao desenvolvimento Institucional da Fiocruz Brasília constituindo capacidades técnicas para que esta suporte a realização de projetos de políticas públicas, em parceria com órgão dos governos federal (saúde, educação, desenvolvimento social, cultura, meio ambiente inteligência, cooperativa), para a aplicação nos Territórios dos métodos e tecnologias desenvolvidas durante o curso do projeto.

PRESI - F. M.
 Fls.: 144
 Rubrica
 10/11/16

3.2 - Cronograma físico

Meta 1	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Valor
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término	
Diagnóstico risco e vulnerabilidade social e ambiental							
Etapa 1	1.1	Elaboração de diagnósticos e mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade social e ambiental (saneamento e acesso à água)	Percentual	100%	dez/15	dez/18	R\$ 549.000,00
	1.2	Mapeamento de tecnologias sociais nos territórios	Unidade	1	jan/16	dez/18	R\$ 549.000,00
	1.3	Avaliação de experiências internacionais no enfrentamento à seca e estiagem	Unidade	3	dez/15	dez/18	R\$ 732.000,00
Meta 2	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Valor
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término	
Etapa 1 Aplicação, desenvolvimento e inovação de metodologias e tecnologias sociais para a promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis							
Etapa 1	2.1	Educação em saúde ambiental - desenvolvimento de metodologias e materiais pedagógicos para capacitação e fortalecimento dos atores locais (lideranças comunitárias e sociais, agentes de saúde e de ambiente, entre outros)	Portfólio metodologias e materiais pedagógicos	1	jan/16	dez/18	R\$ 283.625,00
	2.2	Desenvolvimento de instrumentos e métodos para abordar a questão do acesso à água e ao saneamento, enquanto direito humano e ferramenta de empoderamento do território.	Portfólio Instrumentos e métodos	1	jan/16	dez/18	R\$ 340.350,00
	2.3	Desenvolvimento de tecnologias de saneamento e uso racional da água, considerando os saberes locais.	Tecnologias de saneamento	2	jan/16	dez/18	R\$ 510.525,00

Meta 3	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Valor
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término	
Fortalecimento das tecnologias e ações para atuação nos Territórios Saudáveis e Sustentáveis							
Etapa 1	3.1	Desenvolvimento de métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização, análise, monitoramento e avaliação de experiências de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	Painel de monitoramento e avaliação de experiências	1	abr/16	dez/18	R\$ 119.400,00
	3.2	Gestão de competências multicêntricas em avaliação de efetividade de estratégias de implantação de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	Relatório de competências multicêntricas	1	ago/16	dez/18	R\$ 358.200,00
	3.3	Realização de ações campo para coletar subsídios para a tomada de decisão na formulação, implementação e avaliação de políticas de promoção de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	Plano de Inteligência em saúde ambiental	1	ago/16	dez/18	R\$ 318.400,00
Meta 4	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Valor
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término	
Coordenação de ações de rede							
Etapa 1	4.1	Apoio à coordenação de ações de rede pela FIOCRUZ	Estrutura de coordenação	1	dez/15	dez/18	R\$ 660.800,00
	4.2	Operação da estrutura de coordenação das redes de saúde sociais ambientais locais, de participação comunitária e de governança nos territórios	Plataforma web	1	abr/16	dez/18	R\$ 1.038.400,00
	4.3	Apoio a integração ensino, pesquisa e aplicação.	Percentual	100%	abr/16	dez/18	R\$ 188.800,00
Meta 5	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Valor
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término	

FIESI - F. NACIO
 Fls.: 146
 Rubrica: [assinatura]
 DE - FUNASA

Fortalecer a gestão na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis							
Etapa 1	5.1	Estruturação da capacidade de gestão na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.	Unidade de gestão	100%	mai/16	dez/18	R\$ 460.600,00
	5.2	Sistema de monitoramento da ação em Territórios Saudáveis e Sustentáveis	Percentual	100%	mai/16	dez/18	R\$ 287.875,00
	5.3	Incorporar habilidades e conhecimento na Funasa para inovar na aplicação da promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.	Curso	1	mai/16	dez/18	R\$ 403.025,00
Meta 6	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Valor
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término	
Etapa 1	Suporte à gestão do projeto e ao desenvolvimento institucional - execução (parcial) no projeto "Desenvolvimento Institucional da Fiocruz Brasília para o suporte à gestão de projetos estratégicos de políticas públicas"						
	6.1	Suporte ao Programa Institucional da Fiocruz p/ atividades de pesquisa/ensino/desenvolvimento tecnologia.	Percentual	100%	dez/16	dez/18	R\$ 1.200.000,00

4. Relação entre as Partes:

I - Compete a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

- a) Exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste termo juntamente com a descentralizadora dos recursos;
- b) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo, na forma estabelecida no cronograma de desembolso;
- c) fornecer dados informações e orientações necessários ao bom desenvolvimento e consecução deste termo;
- d) Estabelecer as prioridades técnicas e as diretrizes de execução dos recursos descentralizados, juntamente em parceria com a FIOCRUZ.
- e) Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Termo;
- f) Acompanhar as atividades de execução avaliando os seus resultados;
- g) Designar servidores para acompanhar a execução desta cooperação;
- h) Acompanhar a elaboração e validar todos os produtos e serviços previstos no Cronograma Execução e Desembolso entre outros previamente acordados;
- i) informar a descentralizadora quaisquer eventos que dificultem ou interrompam a execução do objeto deste Termo;
- j) Providenciar a publicação do extrato do termo de execução descentralizada, no Diário Oficial da União.
- k) Prorrogar "de ofício" a vigência do Termo de Execução Descentralizada, obrigatoriamente antes do

seu término, quando der causa a atraso na liberação de recursos limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

- l) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo receptor;
- m) Acompanhar a execução do objeto, informando ao órgão receptor a ocorrência de eventuais desvios em relação ao pactuado neste Termo de Cooperação e seus anexos, e solicitando, sempre que necessário, a implementação tempestiva das medidas saneadoras cabíveis;
- n) Promover, em conjunto com o órgão receptor, ações para disseminar os resultados das pesquisas realizadas no âmbito deste Termo.
- o) Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste instrumento no caso de paralisação das atividades por força de qualquer fato relevante que venha ocorrer de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

II - Compete a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

- a) Desenvolver cronograma de trabalho que contemple reuniões com a equipe da FUNASA durante todo o processo para o monitoramento da atividade, apoio técnico e aprovação dos produtos;
- b) Permitir o acompanhamento dos serviços prestados a título do objeto do contrato, por servidores indicados pela FUNASA, designando interlocutor responsável;
- c) Garantir que os serviços executados sejam realizados com qualidade e no prazo acordado entre as partes;
- d) Submeter a FUNASA, para apreciação e aprovação qualquer modificação que se apresente necessária ao Projeto/Plano;
- e) Destacar, obrigatoriamente, a participação da FUNASA em toda e qualquer ação relacionada ao objeto, promocional ou não;
- f) Apresentar regularmente o andamento e resultados parciais das pesquisas a servidores indicados pela FUNASA;
- g) Priorizar a apresentação dos resultados, mesmo que parciais, a FUNASA;
- h) Durante o período de execução do presente Termo, os resultados, mesmo que parciais, não podem ser objeto de publicação, salvo expressa autorização da FUNASA nesse sentido;
- i) Guardar sigilo sobre as informações disponibilizadas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), quando for o caso.
- j) Promover, em conjunto com a FUNASA, ações para disseminar os resultados dos projetos de pesquisa selecionados e desenvolvidos no âmbito deste Termo;
- k) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução do objeto, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;
- l) Elaborar e apresentar a Funasa relatório conclusivo final acerca das atividades desenvolvidas;
- m) Prestar contas dos recursos transferidos pela FUNASA, na forma da legislação vigente;
- n) Concluir o objeto do presente Termo nos prazos estabelecidos no Plano de Trabalho, permitida a prorrogação deste prazo mediante termo aditivo entre os partícipes
- o) Devolver os saldos dos créditos orçamentários descentralizados, não empenhados, a FUNASA, conforme dispõe a Lei vigente, observada a vigência do Plano de Trabalho aprovado.

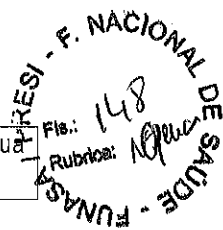
5. Prestação de contas das atividades;

A Prestação de Contas Final do Presente TED será formalizada pelo término do objeto, devendo ser encaminhados, à unidade descentralizadora no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência deste Instrumento, os seguintes documentos:

- a) Relatório de Cumprimento do Objeto, conforme anexo 4,
- b) Relatório físico-financeiro, conforme anexo 3;
- c) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

Caberá à recebedora promover, por meio de sua Unidade Gestora, a prestação de contas referente à

aplicação e execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos deste TED juntamente com sua
Prestação de Contas Anual aos seus órgãos de Controle Interno e Externo da União.



6. Previsão Orçamentária

6.1 Plano de Aplicação:

Programa de trabalho /Projeto/Atividade	Fonte	Natureza da Despesa	Valor (R\$ 1,00)
10.122.2115.20Q8.0001	151	33.90.39	8.000.000,00
TOTAL			8.000.000,00

6.2 Memória de Cálculo:

Item	Produto	Especificação	Quantidade	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor total
1	Percentual	Elaboração de diagnósticos e mapeamento de situação de risco e vulnerabilidade social e ambiental (saneamento e acesso à água)	100%	Percentual	R\$ 549.000,00	R\$ 549.000,00
2	Unidade	Mapeamento de tecnologias sociais nos territórios	1	Unidade	R\$ 549.000,00	R\$ 549.000,00
3	Unidade	Avaliação de experiências internacionais no enfrentamento à seca e estiagem	3	Unidade	R\$ 244.000,00	R\$ 732.000,00
4	Portfólio metodologias e materiais pedagógicos	Educação em saúde ambiental- Desenvolvimento de metodologias e materiais pedagógicos para capacitação e fortalecimento dos atores locais (líderanças-comunitárias e sociais, agentes de saúde e de ambiente, entre outros)	1	Portfólio metodologias e materiais pedagógicos	R\$ 286.625,00	R\$ 286.625,00
5	Portfólio instrumentos e métodos	Desenvolvimento de instrumentos e métodos para abordar a questão do acesso à água e ao saneamento, enquanto direito humano e ferramenta de empoderamento do território	1	Portfólio instrumentos e métodos	R\$ 340.350,00	R\$340.350,00
6	Tecnologias de saneamento	Desenvolvimento de tecnologias de saneamento e uso racional da água, considerando os saberes locais	2	Tecnologias de saneamento	R\$ 255.262,50	R\$ 510.525,00
7	Panel de monitoramento e avaliação de experiências	Desenvolvimento de métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização, análise monitoramento e avaliação de experiências de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	1	Panel de monitoramento e avaliação de experiências	R\$ 119.400	R\$ 119.400,00
8	Relatório de competências multicêntricas	Gestão de competências multicêntricas em avaliação de efetividade de estratégias de Implantação de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	1	Relatório de competências multicêntricas	R\$ 358.200,00	R\$358.200,00
9	Plano de inteligência em saúde ambiental	Realização de ações campo para coletar subsídios para a tomada de decisão na formulação, implementação e avaliação de políticas de promoção de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	1	Plano de inteligência em saúde ambiental	R\$ 318.400,00	R\$ 318.400,00
10	Estrutura de coordenação	Apoio à coordenação de ações de rede pela FIOCRUZ	1	Estrutura de coordenação	R\$ 660.800,00	R\$ 660.800,00
11	Plataforma Web	Operação da estrutura de coordenação das redes de saúde sociais ambiental locais, de participação comunitária e de governança nos territórios	1	Plataforma Web	R\$ 1.038.400,00	R\$ 1.038.400,00
12	Alunos	Apoio a integração ensino, pesquisa e aplicação	100%	Percentual	R\$ 188.800,00	R\$ 188.800,00
13	Unidade de gestão	Estruturação da capacidade de gestão na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis	100%	Unidade de gestão	R\$ 460.600,00	R\$ 460.600,00
14	Percentual	Sistema de monitoramento da ação em Territórios Saudáveis e Sustentáveis	100%	Percentual	R\$ 287.875,00	R\$ 287.875,00
15	Curso	Incorporar habilidades e conhecimento na Funasa para inovar na aplicação da promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis	1	Curso	R\$ 403.025,00	R\$ 403.025,00
16	Percentual	Suporte ao Programa Institucional da Fiocruz p/ atividades de pesquisa/ensino/desenvolvimento. tecnologia	100%	Percentual	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00
TOTAL						R\$ 8.000.000,00

6.3 Cronograma de Desembolso:

Parcela	Período	Valor (R\$ 1,00)
01	12/2015	2.000.000,00
02	06/2016	2.000.000,00
03	06/2017	2.000.000,00
04	06/2018	2.000.000,00
TOTAL		8.000.000,00

7. Da propriedade:

Todos os resultados técnicos e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos decorrente da execução do objeto do presente Termo, serão atribuídos à Funasa, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal da mesma.

8. Da vigência e prorrogação:

O presente vigorará por 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, previamente acordado entre os partícipes, abrangendo aditivos de prazos, valores, metas e resultados, mantendo-se inalterado o objeto da avença.

O pedido de alteração do presente Termo deverá ser requerido formalmente à outra parte, com as devidas justificativas, até 30 (trinta) dias da data do término do prazo de vigência delimitado.

No caso de atraso na liberação do recurso por motivos atribuídos à unidade descentralizadora dos recursos, o prazo de vigência deste Instrumento será prorrogado "de ofício", antes de seu término, limitado ao exato período de atraso verificado.

9. Da denúncia e da rescisão

Esse TED poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no art. 80 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.

10. Da publicação:

Este Termo, bem como os seus eventuais Termos Aditivos, serão publicados em extrato, no Diário Oficial da União, que será providenciado pela unidade descentralizadora, devendo esta ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias da sua assinatura, conforme Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93.

11. Do foro

As controvérsias oriundas do presente TED, que não forem resolvidas entre os partícipes, serão submetidas à câmara de conciliação e arbitragem da Advocacia Geral da União, nos termos do Decreto nº 7.392/2010 e da Portaria AGU nº 1.128/2007



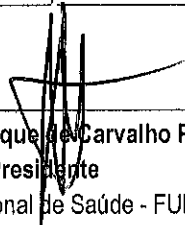
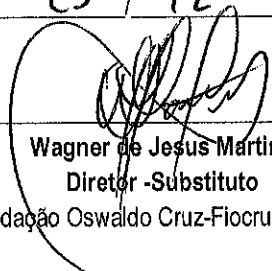
12. Lista de Anexos

Anexo 1 – Plano de Trabalho

Anexo 2 – Termo de referência com Memorial de Cálculo e Orçamento

Anexo 3 – Documento de identificação da autoridade competente da FIOCRUZ

13. Data e Assinaturas:

<p>23 / 12 /2015</p>  <p>Antônio Henrique de Carvalho Pires Presidente Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>	<p>23 / 12 /2015</p>  <p>Wagner de Jesus Martins Diretor -Substituto Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz/Brasília</p>
---	---



ANEXO I

ANEXO I AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 06/2015 PLANO DE TRABALHO

UNIDADE DESCENTRALIZADORA		CNPJ:	
Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA		26.989.350/0001-16	
Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF			
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70.308-200	Esfera Administrativa: Federal
UG/Gestão Descentralizadora: 255000/36211	Nome do Responsável: Antonio Henrique de Carvalho Pires	CPF: 767.810.894-04	
CI/Órgão Expedidor: 2951610 – SSP/PI		Cargo/Função: Presidente	
E-mail funcional: antonio.pires@funasa.gov.br		DDD/Telefone: (61) 3314-6619/6466	
Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF CEP: 70-070-040		CEP: 70.308-200	

UNIDADE RECEBEDORA DOS RECURSOS		CGC:	
Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz		33.781.055/0001-35	
Endereço: Avenida L3 Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A			
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70.910-900	Esfera Administrativa: Federal
UG/Gestão Recebedora: 254420/25201	Nome do Responsável: Wagner de Jesus Martins	CPF: 631.600.057.04	
CI/Órgão Expedidor: 3.241.876 SSP/DF		Cargo/Função: Diretor - Substituto da FIOCRUZ/Brasília	
E-mail funcional: wagnermartins@fiocruz.br		DDD/Telefone: (61) 33294501	
Endereço: Avenida L3 Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A		CEP: 70.910-900	

DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO PROJETO:

Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Região do Semiárido do Brasil.

OBJETO:

Constituir uma cooperação entre a Fundação Nacional de Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz de modo a viabilizar a execução do projeto "Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Região do Semiárido do Brasil."

JUSTIFICATIVA

As características Edafoclimático (relação planta-solo-clima para planito) e socioeconômicas do semiárido brasileiro requerem tecnologias específicas de utilização e conservação dos recursos hídricos. Além do quadro de escassez, a utilização incorreta dos recursos hídricos aumenta a fragilidade da região ao processo de desertificação.

O impacto que possíveis mudanças climáticas pode ainda interferir de maneira negativa em processos produtivos, na saúde e na qualidade de vida na região, pela redução e baixa qualidade dos recursos hídricos.

Nesse contexto, devem-se abordar os problemas de escassez de água e abastecimento a comunidades difusas, levando em consideração novas tecnologias e tecnologias alternativas, de baixo custo e fácil apropriação pela população. Neste sentido, é necessário destacar a importância da gestão dos recursos hídricos com foco na conservação e uso sustentável.

A disponibilidade e usos da água na região Nordeste do Brasil, particularmente na região semiárida, continua a ser uma questão considerada chave, quando o foco é o desenvolvimento. É fato que grandes esforços vêm sendo empreendidos com o objetivo de implantar infraestruturas capazes de disponibilizar água suficiente e de qualidade para garantir o abastecimento humano e animal e viabilizar a irrigação.

Todavia, esses esforços têm se mostrado insuficientes para resolver os problemas decorrentes da escassez de água, o que faz com que as populações continuem vulneráveis à ocorrência de secas, especialmente quando se trata do uso difuso da água no meio rural. De qualquer modo, a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura hídrica, com uma gestão adequada, constituem requisitos essenciais para a solução do problema, servindo como elemento básico para minimizar o êxodo rural e promover a interiorização do desenvolvimento. Além de obras, a última década do século passado trouxe para o país um novo paradigma: a necessidade da gestão dos recursos hídricos. De fato, a partir dessa época, implantou-se nos estados, com o suporte da União e da Lei nº 9433/1997, a chamada Lei das Águas, uma nova filosofia: controle do uso por meio de instrumentos como outorga e da, ainda incipiente, cobrança pelo uso da água bruta; planos de recursos hídricos para as bacias hidrográficas e os estados; estruturação de entidades gestoras e organismos de bacia; e programas de obras estruturadoras. Pode-se até afirmar que, em função das dificuldades históricas, os maiores avanços na gestão dos recursos hídricos, comparando-se as regiões do país, vêm ocorrendo no Nordeste.

O clima da porção semiárida é caracterizado por um regime de chuvas fortemente

concentrado em quatro meses (fevereiro-maio) e uma grande variabilidade interanual. As fortes secas que flagelam a região sempre moldaram o comportamento das populações e foram preponderantes para a formulação de políticas públicas regionais.

O denominado Polígono das Secas foi criado pela Lei nº 175 de janeiro de 1936, como área a ser objeto das políticas de combate às secas. O Polígono foi alvo de várias modificações, tendo sido, inclusive, inserido na Constituição Federal de 1946. Atualmente, o Polígono foi substituído pela Região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (MMA 2004). O Ministério da Integração Nacional (Brasil 2005, 2007) redefiniu os limites da região semiárida do Nordeste.

O Nordeste semiárido é uma região pobre em volume de escoamento de água dos rios. Essa situação pode ser explicada em função da variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes, onde há predominância de solos rasos baseados sobre rochas cristalinas e, conseqüentemente, baixas trocas de água entre o rio e o solo adjacente. O resultado é a existência de densa rede de rios intermitentes, com poucos rios perenes e destaque para os rios São Francisco e Parnaíba. Os rios de regime intermitente são encontrados na porção nordestina que se estende desde o Ceará até à região setentrional da Bahia. Entre estes, destaca-se o Jaguaribe, no Ceará, pela sua extensão e potencial de aproveitamento: em sua bacia hidrográfica encontram-se alguns dos maiores reservatórios do Nordeste, como Castanhão e Orós.

A potencialidade hídrica superficial é representada pela vazão média de longo período em uma seção de rio. Trata-se de um indicador importante, pois possibilita uma primeira avaliação da carência ou abundância de recursos hídricos de forma especializada numa dada região.

SOLUÇÕES PARA PROBLEMA DA ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO -NORDESTINO

As secas e suas conseqüências

Desde os primórdios, as secas marcaram a história do Nordeste. Fernão Cardin (citado por Souza 1979) relata que houve uma grande seca e esterilidade na província (Pernambuco) e desceram do sertão, ocorrendo-se aos brancos no litoral cerca de quatro ou cinco mil Índios. Também merece destaque a citação ao Professor João de Deus de Oliveira (Paulino 1992) que relata movimentos dos Tabajaras e Kariris acossados pelas secas. Depreende-se dessas narrativas que os movimentos migratórios já aconteciam dos sertões já aconteciam mesmo em uma época de baixa densidade demográfica.

A ocupação dos sertões foi bastante retardada em decorrência, principalmente, das secas. Contudo, após uma carta régia, os criadores de gado tiveram que adentrar os sertões. De 1845 a 1876, aconteceram 32 anos sem secas intensas, que resultaram no aumento das populações e dos rebanhos sem o aumento da infraestrutura hídrica. Veio, então, uma seca intensa e dura - doura de 1877 a 1879, que resultou em trágica mortandade da região com estimativa de cerca de 500.000 óbitos. Foi a partir desse choque que atingiu a sociedade brasileira que começou uma busca de soluções estruturais (Campos & Studart 1997). Foi nessa seca, que se atribui a Dom Pedro II a frase: "venderei a última pedra da minha coroa antes que um nordestino venha a morrer de fome".

De qualquer maneira, foi a partir dessa tragédia que ações mais efetivas, ainda em ritmo lento, começaram a ser tomadas. O açude Cedro no Ceará, hoje um monumento histórico de baixa capacidade hidrológica, foi iniciado ainda na época do Império.

O enfrentamento do problema da escassez de água de qualidade no semiárido não se deu através de uma solução única. A implantação de infraestrutura hidráulicas, isoladas ou combinadas, constituem as ações necessárias para mitigar a problemática da água no semiárido. A definição de infraestrutura adequada e de estratégia de ação ou de gestão deve buscar o aumento da

disponibilidade pelo aumento da eficiência do uso e controle da demanda e do desperdício, notadamente no que se refere à irrigação.

O fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste como política de convivência com as secas tem sido praticado desde os tempos do Império. Muito já foi construído e não se tem mais a vulnerabilidade do início do século passado. Contudo, ainda há muito a ser feito. Há necessidade, também, de tornar os investimentos mais eficientes. Há ainda, entretanto, um grande segmento da população rural que vive em condições vulneráveis e com baixo acesso a água de boa qualidade.

Para elaborar uma boa política, é importante que se entenda a particularidade das soluções. Não se pode imaginar que grandes canais e adutoras irão abastecer as populações rurais difusas, exceto aquelas próximas ao traçado das obras. Portanto, cisternas, pequenos reservatórios, poços, dessalinizadores devem ter seu uso ampliado e melhorado, particularmente no que tange à sua operação e manutenção. Pequenos açudes e barragens subterrâneas devem, onde for adequado, ser empregados para fomentar a agricultura familiar de forma sazonal. A piscicultura nos grandes reservatórios é fonte importante de alimentação e renda, respeitados os limites para evitar a eutrofização dos mesmos.

Fortalecimento e promoção dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis, com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa e ensino, formalizando um instrumento capaz de permitir parceria em ações de promoção e desenvolvimento de competências e conhecimentos, educação pelas partes, apoio ao desenvolvimento Institucional da Fiocruz Brasília constituindo capacidades técnicas para que esta suporte a realização de projetos de políticas públicas, em parceria com órgão dos governos federal (saúde, educação, desenvolvimento social, cultura, meio ambiente inteligência, cooperativa), para a aplicação nos Territórios dos métodos e tecnologias desenvolvidas durante o curso do projeto.

RESULTADOS ESPERADOS (OBRIGATÓRIOS E ADICIONAIS)

Resultados Obrigatórios

Diagnóstico e mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade social e ambiental produzido.

Mapeamento de tecnologias sociais nos territórios elaborado;

Experiências internacionais no enfrentamento à seca e estiagem avaliada;

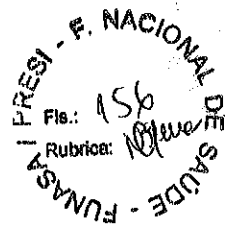
Capacitação e fortalecimento dos atores locais para Educação em Saúde Ambiental-desenvolvimento de metodologias e materiais pedagógicos;

Instrumentos e métodos para abordar a questão do acesso à água e ao saneamento, enquanto direito humano e ferramenta de empoderamento do território desenvolvidos;

Tecnologias de saneamento e uso racional da água, considerando os saberes locais elaborados.;

Métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização, análise, monitoramento e avaliação de experiências de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis produzidos;

Gestão de competências multicêntricas em avaliação de efetividade de estratégias de implantação de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis elaborada;



Ações de campo para coletar subsídios para a tomada de decisão na formulação, implementação e avaliação de políticas de promoção de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis realizada.

Suporte à coordenação de ações de rede pela Fiocruz;

Estruturação de coordenação das redes de saúde sociais ambiental locais, de participação comunitária e de governança nos territórios;

Suporte a integração ensino, pesquisa e aplicação;

Capacidade de gestão na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis estruturada;

Sistema de monitoramento das ações em Territórios Saudáveis e Sustentáveis fortalecido;

Habilidades e conhecimento na Funasa para inovar na aplicação da promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis incorporados;

Suporte a gestão do projeto e FIOCRUZ com desenvolvimento institucional para apoiar as políticas de promoção do Territórios Saudáveis e Sustentáveis .

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Meta	Etapas/Fase	Especificação	Produto	Indicador Físico		Duração	
				Unidade	Quantidade	Início	Término
1							
1.1	Diagnóstico de vulnerabilidade ambiental e risco social	Elaboração de diagnósticos e mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade social e ambiental (saneamento e acesso à água);	Relatório técnico apresentando e discutindo o referencial teórico-conceitual e metodológico sobre Cidades Saudáveis elaborado;	Percentual	100%	dez/15	dez/18
1.2		Mapeamento de tecnologias sociais nos territórios	Relatório técnico com diagnósticos e mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade social e ambiental (saneamento e acesso à água);	Unidade	1	jan/16	dez/18
1.3		Avaliação de experiências internacionais no enfrentamento à seca e estiagem	Relatório técnico apresentando os métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização, análise, monitoramento e avaliação de experiências de Cidades/Territórios Sustentáveis e Saudáveis elaborado;	Unidade	3	dez/15	dez/18
2							
2.1	Aplicação, desenvolvimento e inovação de metodologias e tecnologias sociais para a promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.	Educação em saúde ambiental - desenvolvimento de metodologias e materiais pedagógicos para capacitação e fortalecimento dos atores locais (lideranças - comunitárias e sociais, agentes de saúde e de ambiente, entre outros)	Relatório técnico de metodologias e materiais pedagógicos para capacitação e fortalecimento dos atores locais (lideranças - comunitárias e sociais, agentes de saúde e de ambiente, entre outros)	Portfólio de metodologias e materiais pedagógicos	1	jan/16	dez/18
2.2		Desenvolvimento de instrumentos e métodos para abordar a questão do acesso à água e ao saneamento, enquanto direito humano e ferramenta de empoderamento do território.	Oficina (1) de Educação em saúde ambiental	Portfólio de instrumentos e métodos	1	jan/16	dez/18
2.3		Desenvolvimento de tecnologias de saneamento e uso racional da água, considerando os saberes locais.		Tecnologias de saneamento	2	jan/16	dez/18
3							
3.1	Fortalecimento das tecnologias e ações para atuação nos Territórios Saudáveis e Sustentáveis	Desenvolvimento de métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização, análise, monitoramento e avaliação de experiências de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	Tecnologias de saneamento e uso racional da água, desenvolvidas.	Painel de monitoramento e avaliação de experiências	1	abr/16	dez/18
3.2		Gestão de competências multicêntricas em avaliação de efetividade de estratégias de implantação de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	Mapa de competências multicêntricas em avaliação de efetividade de estratégias de implantação de Cidades e Territórios Saudáveis;	Relatório de competências multicêntricas	1	ago/16	dez/18
3.3		Realização de ações campo para coletar subsídios para a tomada de decisão na formulação, implementação e avaliação de políticas de promoção de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis	Relatório técnico apresentando os métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização, análise, monitoramento e avaliação de experiências de Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis;	Plano de inteligência em saúde ambiental	1	ago/16	dez/18

4							
4.1	Coordenação de ações de rede	Apoio à coordenação de ações de rede pela FIOCRUZ	Estrutura de coordenação das redes de saúde sociais ambiental locais, de participação comunitária e de governança nos territórios em operação;	Estrutura de coordenação	1	dez/15	dez/18
4.2		Operação da estrutura de coordenação das redes de saúde sociais ambiental locais, de participação comunitária e de governança nos territórios		Plataforma web	1	abr/16	dez/18
2.3		Apoio a integração ensino, pesquisa e aplicação.		Percentual	100%	abr/16	dez/18
5							
5.1	Fortalecer a gestão na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis	Estruturação da capacidade de gestão na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.	Capacidade de gestão da FUNASA na promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis estruturada.	Unidade de gestão	100%	mai/16	dez/18
5.2		Sistema de monitoramento da ação em Territórios Saudáveis e Sustentáveis		Percentual	100%	mai/16	dez/18
5.3		Incorporar habilidades e conhecimento na Funasa para inovar na aplicação da promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.		Curso	1	mai/16	dez/18
6	Suporte à gestão do projeto e ao desenvolvimento institucional - execução (parcial) no projeto "Desenvolvimento institucional da Fiocruz Brasília para o suporte à gestão de projetos estratégicos de políticas públicas"	Suporte ao Programa Institucional da Fiocruz p/ atividades de pesquisa/ensino/desenvolv. tecnologia.	Projeto com suporte a sua gestão e FIOCRUZ com desenvolvimento institucional para apoiar as políticas de promoção do Territórios Saudáveis e Sustentáveis.	Percentual	100%	dez/16	dez/18

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO DE APLICAÇÃO

A execução do objeto da parceria a ser estabelecida entre as partes requererá o montante total de recursos no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões) a ser descentralizado pelo Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde - Funasa para execução física e orçamentária do objeto pela FIOCRUZ nos termos estabelecidos no presente Plano de Trabalho, tendo os recursos a seguinte origem:

Os recursos referentes à execução do objeto do presente Termo de Execução Descentralizada deverão ser transferidos por meio de destaque orçamentário e da respectiva movimentação de numerários e de limites de movimentação, e empenho e de pagamento, para a FIOCRUZ pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

Para fins de transferência dos recursos, será respeitado o disposto na Portaria Funasa 637/2014, bem como o Cronograma de Desembolso aprovados entre os partícipes, conforme abaixo:

PRESI - F. NACIONAL
 Fil.: 159
 Rubrica: 101
 FUNASA - SAÚDE

Nº Parcela	Exercício	Natureza da Despesa	Valor(R\$)	Período de Execução
1ª	2015	33.90.39	2.000.000,00	Dezembro/2015 a Dezembro/2016
Subtotal (A)				2.000.000,00
Nº Parcela	Exercício	Natureza da Despesa	Valor(R\$)	Período de Execução
2ª	2016	33.90.39	2.000.000,00	Dezembro/2016 a Dezembro/2017
Subtotal (B)				2.000.000,00
Nº Parcela	Exercício	Natureza da Despesa	Valor(R\$)	Período de Execução
3ª	2017	33.90.39	2.000.000,00	Dezembro/2016 a Dezembro/2017
Subtotal (C)				2.000.000,00
Nº Parcela	Exercício	Natureza da Despesa	Valor(R\$)	Período de Execução
4ª	2018	33.90.39	2.000.000,00	Dezembro/2017 a Dezembro/2018
Subtotal (D)				2.000.000,00
TOTAL (A+B+C+D)				8.000.000,00

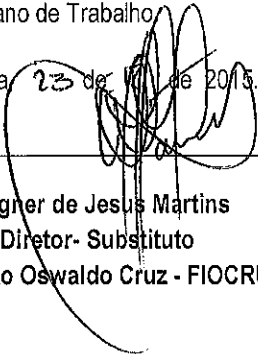


DATA E ASSINATURA

DECLARAÇÃO DO PROPONENTE – GESTÃO RECEBEDORA

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignada nos Orçamentos da União na forma deste Plano de Trabalho.

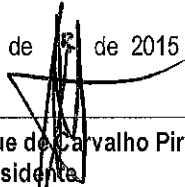
Brasília, 23 de 11 de 2015.



Wagner de Jesus Martins
Diretor- Substituto
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

APROVAÇÃO DA GESTÃO DESCENTRALIZADORA

Brasília, 23 de 11 de 2015



Antônio Henrique de Carvalho Pires
Presidente
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA



ANEXO II

ANEXO II AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Nº 06 /2015.

Termo de Referência

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz propõe à Fundação Nacional de Saúde – Funasa, a celebração do Termo de Execução Descentralizada de modo a viabilizar a execução do projeto "Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Região do Semiárido do Brasil" e ao Termo de Referência da FUNASA/2015.

2. NECESSIDADES IDENTIFICADAS

As características Edafoclimático (relação planta-solo-clima para plantio) e socioeconômicas do semiárido brasileiro requerem tecnologias específicas de utilização e conservação dos recursos hídricos. Além do quadro de escassez, a utilização incorreta dos recursos hídricos aumenta a fragilidade da região ao processo de desertificação.

O impacto que possíveis mudanças climáticas pode ainda interferir de maneira negativa em processos produtivos, na saúde e na qualidade de vida na região, pela redução e baixa qualidade dos recursos hídricos.

Nesse contexto, devem-se abordar os problemas de escassez de água e abastecimento a comunidades difusas, levando em consideração novas tecnologias e tecnologias alternativas, de baixo custo e fácil apropriação pela população. Neste sentido, é necessário destacar a importância da gestão dos recursos hídricos com foco na conservação e uso sustentável.

A disponibilidade e usos da água na região Nordeste do Brasil, particularmente na região semiárida, continua a ser uma questão considerada chave, quando o foco é o desenvolvimento. É fato que grandes esforços vêm sendo empreendidos com o objetivo de implantar infraestruturas capazes de disponibilizar água suficiente e de qualidade para garantir o abastecimento humano e animal e viabilizar a irrigação.

Todavia, esses esforços têm se mostrado insuficientes para resolver os problemas decorrentes da escassez de água, o que faz com que as populações continuem vulneráveis à ocorrência de secas, especialmente quando se trata do uso difuso da água no meio rural. De qualquer modo, a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura hídrica, com uma gestão adequada, constituem requisitos essenciais para a solução do problema, servindo como elemento básico para minimizar o êxodo rural e promover a interiorização do desenvolvimento. Além de obras, a última década do século passado trouxe para o país um novo paradigma: a necessidade da gestão dos recursos hídricos. De fato, a partir dessa época, implantou-se nos estados, com o suporte da União e da Lei nº 9433/1997, a chamada Lei das Águas, uma nova filosofia: controle do uso por meio de instrumentos como outorga e da, ainda incipiente, cobrança pelo uso da água bruta; planos de recursos hídricos para as bacias hidrográficas e os estados; estruturação de entidades gestoras e organismos de bacia; e programas de obras estruturadoras. Pode-se até afirmar que, em função das dificuldades históricas, os maiores avanços na gestão dos recursos hídricos, comparando-se as regiões do país, vêm ocorrendo no Nordeste.

O clima da porção semiárida é caracterizado por um regime de chuvas fortemente concentrado em quatro meses (fevereiro-maio) e uma grande variabilidade interanual. As fortes secas que flagelam a região sempre moldaram o comportamento das populações e foram preponderantes para a formulação de políticas públicas regionais.

O denominado Polígono das Secas foi criado pela Lei nº 175 de janeiro de 1936, como área a ser objeto das políticas de combate às secas. O Polígono foi alvo de várias modificações, tendo sido, inclusive, inserido na Constituição Federal de 1946. Atualmente, o Polígono foi substituído pela Região

Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (MMA 2004). O Ministério da Integração Nacional (Brasil 2005, 2007) redefiniu os limites da região semiárida do Nordeste.

O Nordeste semiárido é uma região pobre em volume de escoamento de água dos rios. Essa situação pode ser explicada em função da variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes, onde há predominância de solos rasos baseados sobre rochas cristalinas e, consequentemente, baixas trocas de água entre o rio e o solo adjacente. O resultado é a existência de densa rede de rios intermitentes, com poucos rios perenes e destaque para os rios São Francisco e Parnaíba. Os rios de regime intermitente são encontrados na porção nordestina que se estende desde o Ceará até à região setentrional da Bahia. Entre estes, destaca-se o Jaguaribe, no Ceará, pela sua extensão e potencial de aproveitamento: em sua bacia hidrográfica encontram-se alguns dos maiores reservatórios do Nordeste, como Castanhão e Orós.

A potencialidade hídrica superficial é representada pela vazão média de longo período em uma seção de rio. Trata-se de um indicador importante, pois possibilita uma primeira avaliação da carência ou abundância de recursos hídricos de forma especializada numa dada região.

SOLUÇÕES PARA PROBLEMA DA ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO -NORDESTINO

As secas e suas consequências

Desde os primórdios, as secas marcaram a história do Nordeste. Fernão Cardin (citado por Souza 1979) relata que houve uma grande seca e esterilidade na província (Pernambuco) e desceram do sertão, ocorrendo-se aos brancos no litoral cerca de quatro ou cinco mil índios. Também merece destaque a citação ao Professor João de Deus de Oliveira (Paulino 1992) que relata movimentos dos Tabajaras e Kariris acossados pelas secas. Depreende-se dessas narrativas que os movimentos migratórios já aconteciam dos sertões já aconteciam mesmo em uma época de baixa densidade demográfica.

A ocupação dos sertões foi bastante retardada em decorrência, principalmente, das secas. Contudo, após uma carta régia, os criadores de gado tiveram que adentrar os sertões. De 1845 a 1876, aconteceram 32 anos sem secas intensas, que resultaram no aumento das populações e dos rebanhos sem o aumento da infraestrutura hídrica. Veio, então, uma seca intensa e dura - doura de 1877 a 1879, que resultou em trágica mortandade da região com estimativa de cerca de 500.000 óbitos. Foi a partir desse choque que atingiu a sociedade brasileira que começou uma busca de soluções estruturais (Campos & Studart 1997). Foi nessa seca, que se atribui a Dom Pedro II a frase: "venderei a última pedra da minha coroa antes que um nordestino venha a morrer de fome".

De qualquer maneira, foi a partir dessa tragédia que ações mais efetivas, ainda em ritmo lento, começaram a ser tomadas. O açude Cedro no Ceará, hoje um monumento histórico de baixa capacidade hidrológica, foi iniciado ainda na época do Império.

O enfrentamento do problema da escassez de água de qualidade no semiárido não se deu através de uma solução única. A implantação de infraestrutura hidráulicas, isoladas ou combinadas, constituem as ações necessárias para mitigar a problemática da água no semiárido. A definição de infraestrutura adequada e de estratégia de ação ou de gestão deve buscar o aumento da disponibilidade pelo aumento da eficiência do uso e controle da demanda e do desperdício, notadamente no que se refere à irrigação.

O fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste como política de convivência com as secas tem sido praticado desde os tempos do Império. Muito já foi construído e não se tem mais a vulnerabilidade do início do século passado. Contudo, ainda há muito a ser feito. Há necessidade, também, de tornar os investimentos mais eficientes. Há ainda, entretanto, um grande segmento da população rural que vive em condições vulneráveis e com baixo acesso a água de boa qualidade.

Para elaborar uma boa política, é importante que se entenda a particularidade das soluções. Não se pode imaginar que grandes canais e adutoras irão abastecer as populações rurais difusas, exceto aquelas próximas ao traçado das obras. Portanto, cisternas, pequenos reservatórios, poços, dessalinizadores devem ter seu uso ampliado e melhorado, particularmente no que tange à sua operação e manutenção. Pequenos açudes e barragens subterrâneas devem, onde for adequado, ser empregados para fomentar a agricultura familiar de forma sazonal. A piscicultura nos grandes reservatórios é fonte importante de alimentação e renda, respeitados os limites para evitar a eutrofização dos mesmos.

Fortalecimento e promoção dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis , com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa e ensino, formalizando um instrumento capaz de permitir parceria em ações de promoção e desenvolvimento de competências e conhecimentos, educação pelas partes, apoio ao desenvolvimento Institucional da Fiocruz Brasília constituindo capacidades técnicas para que esta suporte a realização de projetos de políticas públicas, em parceria com órgão dos governos federal (saúde, educação, desenvolvimento social, cultura, meio ambiente inteligência, cooperativa), para a aplicação nos Territórios dos métodos e tecnologias desenvolvidas durante o curso do projeto.

3. JUSTIFICATIVA DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Fortalecimento e promoção dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis , com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa e ensino, formalizando um instrumento capaz de permitir parceria em ações de promoção e desenvolvimento de competências e conhecimentos, educação pelas partes, apoio ao desenvolvimento Institucional da Fiocruz Brasília constituindo capacidades técnicas para que esta suporte a realização de projetos de políticas públicas, em parceria com órgão dos governos federal (saúde, educação, desenvolvimento social, cultura, meio ambiente inteligência, cooperativa), para a aplicação nos Territórios dos métodos e tecnologias desenvolvidas durante o curso do projeto.

4. ALOCAMENTO DOS RECURSOS PREVISTO NO PT

A execução financeira, conforme memória de cálculo apresentada abaixo, seguem os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, primando pela razoabilidade da aplicação dos recursos públicos.

